

NEC Latin America S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2013.

Aspectos econômicos e financeiros

O resultado da NEC Latin America S.A. em 2013 teve queda frente ao ano de 2012. Apesar deste fato, as vendas líquidas atingiram R\$ 410 milhões em 2013, frente aos R\$ 390 milhões de 2012. Os segmentos que mais contribuíram para o aumento das vendas em 2013 frente aos resultados de 2012 foram *Carriers*, *Enterprise* e *Infraestrutura*, este último tendo como carro chefe a prospecção de novos negócios nas arenas em fase de construção em função da Copa do Mundo de 2014.

O prejuízo líquido da Companhia atingiu R\$ 56 milhões em 2013, frente ao lucro líquido de R\$ 14 milhões em 2012. Em 2013, o resultado foi impactado de forma negativa pelo acréscimo de custos relacionados a determinados projetos entrantes, pela alta do dólar tendo em vista que boa parte dos produtos revendidos pela Companhia são importados, pela impossibilidade de repasse de preço em contratos já firmados com clientes, e por despesas adicionais em função de reestruturação em andamento na Companhia com o objetivo de recuperar a rentabilidade em exercícios futuros.

Para alcançar a recuperação de rentabilidade da Companhia estão em curso determinadas ações como: revisões no conteúdo dos negócios, estudos detalhados de rentabilidade e resultados por unidade de negócios e estudos de mercado buscando apurar, com maior precisão, os níveis de vendas para adequação da estrutura de custos e organizacional. No que tange a controles de custos e despesas, estamos estabelecendo novos patamares de custos a serem negociados com os fornecedores e limites de gastos para a contenção adicional de despesas. Medidas adicionais sobre a utilização e ocupação de facilidades e armazéns estão sendo realizadas, buscando a racionalização e redução de despesas.

Haverá, também, revisão nos processos e procedimentos para permitir maior racionalização. Além disso, renegociações com os clientes da Companhia já estão em andamento buscando obter melhores condições econômicas e financeiras, sendo que projetos de baixa rentabilidade serão excluídos com a redefinição de critérios na escolha de projetos.

Acreditamos que as ações acima citadas e renegociação nas condições financeiras permitirá, melhores condições no recebimento e no pagamento, de forma que possamos obter melhor situação de caixa.

A conjuntura nacional

O crescimento do PIB frustrou diversas expectativas e projeções que chegavam a 3,1% em 2013. O crescimento em 2013 foi de 2,3%. O setor de indústria apresentou um crescimento de 1,3% e teve a menor participação no PIB desde 2000. O setor de serviços cresceu 2,0% sustentado pelo consumo doméstico (este, porém está em queda). O setor de agropecuária apresentou um crescimento de 7,0%. O governo brasileiro tentou acelerar o crescimento do PIB reduzindo impostos (IPI), porém subiu a taxa Selic a fim de controlar a inflação. A taxa Selic iniciou 2013 em 7,25% e encerrou 2013 em 10%.

Para 2014, as perspectivas incorporam impactos da depreciação cambial sobre exportações e competitividade da indústria regional, em cenário de manutenção do dinamismo da demanda doméstica, para o que deverá contribuir os investimentos em infraestrutura em andamento.

Para 2014 projeta-se um crescimento do PIB de 1,5% a 2%, uma inflação de 6,0% (± 2 p.p), taxa Selic em torno de 11,0% e câmbio de R\$ 2,55 em relação ao dólar.

O mercado das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação

No segmento industrial das Telecomunicações, segundo a Abinee, há uma estimativa de crescimento no mercado de 17% quando comparado a 2012, atingindo um faturamento total de R\$ 26,6 bilhões.

Já o segmento industrial de Informática cresceu 8,0%. Segundo a Abinee o faturamento (preliminar) foi de R\$46,9 bilhões no ano.

O segmento de telecomunicações móvel continuou sua trajetória de crescimento alavancado pela implementação das redes 3G e 4G, pelo mercado de terminais celulares, e pelo contínuo crescimento do mercado de banda larga. Segundo a Anatel, a base total de telefones celulares cresceu em 3,5% no número de celulares ativos, chegando a uma base total de 271 milhões de celulares ativos ao final de 2013. O mercado de banda larga fixa alcançou 22,3 milhões de acessos ao final de 2013, crescendo 18% em relação a 2012. Com o crescimento das redes de telefonia celular de terceira e quarta geração, a banda larga móvel fechou 2013 com mais de 96 milhões de assinantes.

Destaques e perspectivas futuras

Em 2013 consolidou-se a oferta de soluções para Arenas que serão o palco dos jogos da Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 no Brasil. A NEC teve papel fundamental na preparação das arenas garantindo a integração das tecnologias da informação embarcadas nas arenas multisserviços.

Destaca-se também a entrada da NEC no mercado de Cinema com sua oferta de projetores digitais e serviços profissionais para este mesmo mercado.

No campo técnico-regulatório, deve ocorrer a licitação da faixa de 700 MHz que também deve utilizar a 4ª Geração de tecnologia móvel. A Anatel espera obter a universalização da internet de banda larga através do 4G. Por outro lado o debate sobre a revisão da MP950, que trata da definição de bens e produtos desenvolvidos localmente, e as discussões de postergação das leis de Informática e Zona Franca de Manaus devem agitar o cenário regulatório em 2014.

Outra tendência é a evolução tecnológica rumo ao mundo totalmente IP e a convergência entre TI e Redes de Comunicação, que por si só são suficientes para revolucionar o mercado, levando a quebra de paradigmas técnicos e comerciais. De uma forma geral, as telecomunicações e a tecnologia da informação são segmentos de destaque para sustentar o crescimento do Brasil através de ofertas que fortaleçam nosso mercado empresarial tornando-nos cada vez mais competitivos.

Nesse contexto, as operadoras deverão continuar os investimentos em plataformas de serviços para as redes 3G, agora 4G, e de banda larga. Essas redes, por sua vez demandarão investimentos em todo o restante da rede como rádio, redes ópticas e redes IP. Além destes segmentos, as principais operadoras passam a considerar os serviços de vídeo (DTH, cabo) como sendo uma das apostas para complementar a receita, melhorar a competitividade e reduzir as baixas nas carteiras de assinantes das operadoras de telefonia (*churn*). Espera-se também que as tecnologias voltadas ao aumento de qualidade das infraestruturas de telecomunicações entrem definitivamente na agenda das grandes operadoras de telecomunicações como *SmallCell*, *Femtocell*, OSS/BSS e *Software Defined Networks*.

Já no ambiente corporativo, espera-se pela continuidade da evolução gradual para as soluções de VoIP, com uma potencial aceleração visando a redução de custos, e pela mesma razão, a tendência de adoção de soluções hospedadas e virtualizadas para Telecom e TI, com o amadurecimento do conceito de Computação em Nuvem (*Cloud Computing*).

Neste cenário de mercado, a proposição de valor da NEC Latin America S.A. é a de ser uma companhia provedora de soluções que visa ajudar a construir a plataforma de informação e comunicação que suportará a futura sociedade da informação.

A NEC Latin America S.A. apresenta-se plenamente preparada para fazer frente aos desafios de hoje, oferecendo um amplo leque de soluções como: Transmissão para redes XG, soluções de comunicação de voz e dados para redes IP, soluções de convergência Redes e Plataformas de Tecnologia da Informação, serviços gerenciados para redes e segurança da informação através do seu Centro de Serviços Profissionais. Igualmente, a Companhia já vem trabalhando em outras soluções visando os desafios do mercado nos próximos anos, como redes de fibra óptica (FTTx), *Femtocell*, OSS/BSS, Sistemas de Telefonia Celular de 4 geração (LTE), Comunicações Unificadas, Virtualização e Computação em rede (*Cloud Computing*), entre outros. Outra tendência importante é a aplicação das tecnologias de identificação biométrica (*Automated Fingerprint Identification Systems - AFIS*), reconhecimento facial, reconhecimento de padrões e de comportamento aplicadas em diferentes áreas do conhecimento como Segurança, Saúde e Educação.

No que se refere à Responsabilidade Social Corporativa e Governança, a Companhia continua a aumentar os esforços nos seus processos e controles internos de forma a adequar as operações às recomendações das boas práticas de governança corporativa, garantindo assim maior transparência e integridade de dados e informações, além da eficiência na busca de maior competitividade, bem como em soluções ecologicamente sustentáveis alinhadas com o conceito de *Green IT*, oferecendo soluções de alto desempenho e baixo consumo energético.

Agradecimentos

A Direção da Companhia expressa seus agradecimentos aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança que depositaram no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Aos funcionários, que tanto vêm contribuindo durante os últimos anos, e com especial esforço neste ano de desafios que foi o de 2013, a Direção agradece o profissionalismo e a dedicação demonstrados.

A Direção da Companhia agradece em especial à sua controladora NEC Corporation pela confiança e suporte dispensados.

São Paulo, 22 de abril de 2014.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretoria da
NEC Latin America S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da NEC Latin America S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Gavioli', written in a cursive style.

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

NEC Latin America S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixas e equivalentes de caixa	9	4.722	42.036	Empréstimos	19	52.287	-
Outros investimentos		9	20	Fornecedores	20	132.694	118.774
Contas a receber de clientes	10	196.636	166.014	Arrendamento mercantil a pagar	11b	718	862
Arrendamento mercantil a receber	11a	2.381	3.950	Impostos e contribuições sociais	13b	17.293	11.708
Estoques	12	57.802	45.392	Salários e férias a pagar		15.273	14.670
Impostos e contribuições a recuperar	13a	14.499	8.206	Adiantamentos e créditos de clientes		2.402	4.520
Despesas antecipadas		20.900	29.258	Outras provisões	21c	8.957	3.103
Outros créditos		6.403	5.240	Outras contas a pagar		4.834	4.848
Total do ativo circulante		303.352	300.116	Total do passivo circulante		234.458	158.485
				Fornecedores	20	4.391	-
				Arrendamento mercantil a pagar	11b	150	840
				Impostos e contribuições sociais	13b	319	-
				Provisão para contingências	21a	31.109	56.662
				Outras provisões	21c	6.119	3.076
				Outras contas a pagar		-	128
				Total do passivo não circulante		42.088	60.706
Contas a receber de clientes	10	249	680	Total do passivo		276.546	219.191
Arrendamento mercantil a receber	11a	1.119	3.384	Patrimônio líquido			
Outros créditos		112	135	Capital social	22a	199.656	199.656
Depósitos Judiciais	14	35.480	34.128	Prejuízos acumulados		(95.720)	(39.712)
Investimentos	16	1.527	1.525	Ações em tesouraria	22b	(9.259)	(9.259)
Imobilizado	17	25.558	27.289	Ajustes acumulados de conversão	22c	89	-
Intangível	18	3.915	2.619	Total do patrimônio líquido		94.766	150.685
Total do ativo não circulante		69.960	69.760	Total do passivo e patrimônio líquido		371.312	369.876
Total do ativo		371.312	369.876				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012 (Reclassificado)
Receita operacional	23	410.417	389.558
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	<u>(333.943)</u>	<u>(303.353)</u>
Lucro bruto		<u>76.474</u>	<u>86.205</u>
Outras receitas	25a	18.876	19.417
Despesas de vendas	29	(16.128)	(12.856)
Despesas administrativas e gerais	30	(99.162)	(93.047)
Honorários da administração	15 / 30	(1.630)	(1.587)
Outras despesas	25b	<u>(30.242)</u>	<u>(3.341)</u>
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(51.812)</u>	<u>(5.209)</u>
Receitas financeiras	27	13.339	44.242
Despesas financeiras	27	<u>(17.535)</u>	<u>(25.483)</u>
(Despesas) receitas financeiras líquidas		<u>(4.196)</u>	<u>18.759</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(56.008)	13.550
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	<u>-</u>	<u>-</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u><u>(56.008)</u></u>	<u><u>13.550</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(56.008)	13.550
Outros resultados abrangentes			
Itens que talvez sejam reclassificados para o resultado			
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	22c	<u>89</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>(55.919)</u>	<u>13.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2012		<u>199.656</u>	<u>(53.262)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>137.135</u>
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>13.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.550</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>199.656</u>	<u>(39.712)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>150.685</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>-</u>	<u>(56.008)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.008)</u>
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	22c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89</u>	<u>89</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>199.656</u>	<u>(95.720)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>89</u>	<u>94.766</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.008)	13.550
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	9.885	8.896
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	(95)	(307)
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	(9)	-
Provisões	<u>(11.291)</u>	<u>(43.013)</u>
	(57.518)	(20.874)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber de clientes	(33.597)	(7.139)
Redução em outros investimentos	11	6
Redução (aumento) em arrendamento mercantil a receber	3.834	(1.638)
Aumento em estoques	(12.241)	(9.138)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(5.048)	8.918
Redução (aumento) em despesas antecipadas	8.358	(11.166)
Aumento em depósitos judiciais	(1.853)	(3.067)
Aumento em outros créditos	(1.140)	(1.719)
Aumento em fornecedores	18.311	15.686
Redução em arrendamento mercantil a pagar	(834)	(43)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	6.974	(669)
Aumento em salários e férias a pagar	603	1.587
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(142)	1.594
(Redução) aumento em adiantamentos e créditos de clientes	(2.118)	419
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	<u>98</u>	<u>-</u>
Caixa usado nas atividades operacionais	(76.302)	(27.243)
Juros pagos sobre empréstimos	<u>(1.383)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(77.685)</u>	<u>(27.243)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(10.847)	(13.918)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	247	570
Aumento em investimentos	<u>(2)</u>	<u>(331)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(10.602)</u>	<u>(13.679)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	95.573	-
Amortização de empréstimos	<u>(44.600)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>50.973</u>	<u>-</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(37.314)</u>	<u>(40.922)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>42.036</u>	<u>82.958</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>4.722</u>	<u>42.036</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de comunicações e tecnologia da informação, fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e dados preparados para a convergência em IP para os clientes corporativos. A Companhia vem aumentando a sua atuação nestes segmentos oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque para a oferta de serviços gerenciados baseados em NOC e SOC e soluções de *outsourcing*. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia vêm trabalhando também em soluções emergentes como *Cloud Computing*, NGN, IPTV, *Femtocell*, OSS, LTE, UC, *Storage*, *Datacenter* e outros.

2 Aspectos societários

Em 16 de janeiro de 2013 a Companhia efetivou a abertura de uma filial no exterior, sediada em Miami, estado da Florida, nos Estados Unidos da América, com o objetivo de ser um pólo gerador e área de fomento de novos negócios para a Companhia na América Latina.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2014.

b. Reclassificação

A Companhia realizou a seguinte reclassificação sobre os saldos de 31 de dezembro de 2012, incluídos nestas demonstrações financeiras para fins de comparação:

Demonstração de resultado

	2012		
	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Outras receitas	16.978	2.439 (i)	19.417
Despesas de vendas	(12.856)	-	(12.856)
Despesas administrativas e gerais	(93.047)	-	(93.047)
Honorários da administração	(1.587)	-	(1.587)
Outras despesas	(902)	(2.439) (i)	(3.341)
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(5.209)	-	(5.209)

- (i) Reclassificação do valor de R\$ 2.439 relativo a despesa com constituição de provisão para contingências anteriormente apresentados em outras receitas para a rubrica de outras despesas, para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Classificação de arrendamento mercantil

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 12 - Provisão de estoque para ajuste a valor de realização
- Nota 21a - Provisão para contingências
- Notas 16, 17 e 18 - Provisão para valor recuperável de investimentos, imobilizado e intangível
- Notas 17 e 18 - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- Nota 31 - Utilização de prejuízos fiscais
- Nota 28 - Mensuração de instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 28 – Instrumentos financeiros

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013:

- CPC 46 – Mensuração do valor justo;
- CPC 26 (R2) – Apresentação de itens em outros resultados abrangentes;
- CC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

Como resultado da adoção dos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos destacados acima, a Companhia não identificou efeitos significativos decorrentes dessas mudanças.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata, classificadas como equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e bancos, contas a receber de clientes, arrendamento mercantil a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo da Companhia.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos, fornecedores, adiantamentos e créditos de clientes, arrendamento mercantil a pagar e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, a qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquida de quaisquer efeitos tributários, é reconhecida como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Os detalhes das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritos na Nota 28 – Instrumentos financeiros.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2013	2012
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2013 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:

- Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
- Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- O produto for técnica e comercialmente viável;
- Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subseqüentes

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamento financeiro (arrendador)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente aos clientes da Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um bem. Tais contratos são registrados como arrendamento mercantil a receber e reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, os pagamentos mínimos de arrendamento recebidos sob arrendamentos financeiros são alocados entre receitas financeiras e redução do ativo em aberto. As receitas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo.

h. Arrendamento financeiro (arrendatário)

No início do contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira e redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo montante igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

i. Arrendamento operacional

Os ativos mantidos sobre arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor pode incluir: o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor entrará em processo de falência, mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores, o desaparecimento de um mercado ativo para um título ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

m. Receita operacional

Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos ao comprador, da probabilidade dos benefícios econômicos e financeiros fluírem para a Companhia, dos custos associados e a possível devolução das mercadorias poderem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Apesar de a Companhia ter apurado lucro contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi apurado prejuízo para fins fiscais, conforme demonstrado na Nota 13. Consequentemente, não foi apurada despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

7 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

b. Ativos intangíveis

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que resultem do uso e eventual venda dos ativos.

c. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito do desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

d. Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte, quando apropriado.

e. Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Aplicações financeiras	3.006	38.389
Caixa e bancos	1.716	3.647
	4.722	42.036

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se em sua totalidade a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 98% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (entre 98,1% e 100% em 2012), aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

9 Contas a receber de clientes

	2013	2012
Circulante:		
No País	204.647	171.226
No Exterior	516	28
Partes relacionadas exterior (Nota 15)	250	116
Menos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.777)	(5.356)
Total circulante	196.636	166.014
Não circulante:		
No País	249	680
Total não circulante	249	680

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia efetuou durante o exercício de 2013, operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou coobrigação para instituições financeiras sendo:

2013			2012		
Valor de face	Valor recebido	Comissão	Valor de face	Valor recebido	Comissão
29.402	29.116	286	66.851	66.404	447

As comissões cobradas pelas instituições financeiras relacionadas às operações de cessão de crédito em 2013 variam entre 0,58% e 1,61% sobre o valor de face dos títulos em 2013 (0,43% a 1,14% em 2012).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 27.

Pelos acordos firmado, a NEC cede e transfere a uma instituição financeira, sem direito de regresso ou coobrigação do cedente, os direitos sobre títulos a receber de seus clientes. Ao adquirir os títulos, a instituição financeira (Cessionário) assume todo o risco quanto ao recebimento dos valores junto aos clientes da NEC no vencimento dos mesmos.

Os títulos cedidos, seus respectivos vencimentos e o valor de aquisição são descritos em cada contrato. A baixa dos títulos do contas a receber é efetuada concomitantemente ao recebimento pela NEC, dos valores referentes a cessão de crédito. Quando do recebimento dos valores junto ao Cessionário, a NEC dá quitação total aos títulos cedidos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na Nota 28.

10 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil financeiro para arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de compra ao final da vigência dos mesmos, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	2013	2012
003/2009 (i)	60	10,05%	1.554	3.724
003/2009-Aditivo 1 (i)	25	4,53%	157	616
003/2009-Aditivo 2 (i)	17	8,43%	408	1.334
2858 (ii)	48	12,14%	590	816
3256 (ii)	48	8,36%	36	47
400003106/2011 (iii)	60	12,14%	639	797
3000631114 (iv)	36	11,30%	116	-
			3.500	7.334
		Circulante	2.381	3.950
		Não circulante	1.119	3.384

- (i) Contrato de locação de sistema de IP de telefonia integrada, comunicação de dados e sistemas de vídeo e monitoramento, com opção de transferência à contratante ao final do prazo do contrato, livre que qualquer ônus, toda a solução fornecida e instalada, inclusive com as atualizações realizadas ao longo da realização do contrato, com a licença dos usos dos softwares, os manuais de instalação, operação e manutenção, sob regime de opção de compras, mediante pagamento de R\$ 2, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 2.119 (R\$ 5.674 em 2012);

- (ii) Contratos de locação de equipamentos para prover serviço de suporte técnico e gerenciamento de rede, mediante pagamento de 8% do valor total do contrato, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 626 (R\$ 863 em 2012);
- (iii) Contrato de locação para prover serviço de outsourcing de voz e de dados, mediante pagamento de R\$ 50, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 639 (R\$ 797 em 2012).
- (iv) Contrato de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projektor, tela), mediante pagamento de R\$ 1,2 referente a 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo I-GPM até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 116.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores a receber decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

Vencimento dos pagamentos futuros			
2013	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	2.965	1.319	4.284
Juros	(584)	(200)	(784)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	2.381	1.119	3.500
Vencimento dos pagamentos futuros			
2012	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.888	3.964	8.852
Juros	(938)	(580)	(1.518)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	3.950	3.384	7.334

b. Arrendamento mercantil financeiro para arrendatário

A Companhia possui dois contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	2013	2012
Desktops, monitores e notebooks	439	DMS-3.2215/10-00 (i)	36	6,61%	set/11	479	1.114
Notebooks	25	DMS-3.2215/10-00-AD 3 (i)	36	4,45%	mar/12	44	77
Notebooks e monitores	121	DMS-3.2215/10-00-AD 4 (i)	36	3,06%	jul/12	156	252
Notebooks	50	DMS-3.2215/10-00-AD 5 (i)	36	3,11%	ago/12	101	160
Notebooks	25	DMS-3.2215/10-00-AD 6 (i)	36	2,62%	nov/12	49	75
Desktops e notebooks	461	DMS-3.2208/10-00 (ii)	36	6,61%	set/11	10	24
Monitores	50	DMS-3.2215/10-00-AD 7 (i)	36	5,30%	dez/13	29	-
						868	1.702
					Circulante	718	862
					Não circulante	150	840

- (i) O primeiro contrato nº DMS-3.2215/10-00, firmado durante o exercício de 2011, relativo ao arrendamento de 439 equipamentos de informática novos (desktops, monitores e notebooks), o qual foi alvo de quatro novos aditivos durante o exercício de 2012 e 2013, onde foram acrescentados mais 271 equipamentos de informática novos (entre notebooks e monitores).
- (ii) O segundo contrato nº DMS-3.2208/10-00, firmado durante o exercício de 2011, relativo a compra por parte do arrendador de 900 equipamentos de informática usados (desktops, monitores e notebooks) da Companhia pelo montante de R\$ 1.000, dos quais 461 foram arrendados pela Companhia para utilização em suas atividades conforme definido no mesmo contrato, caracterizando-se dessa forma em um contrato de arrendamento mercantil financeiro do tipo “Leaseback”.

Ambos os contratos e aditivos possuem condições similares, sendo: contratos pós-fixados reajustados anualmente com base no IPCA com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante ao pagamento de duas parcelas a mais de locação.

Em caso de encerramento do contrato por iniciativa do arrendador, a Companhia deverá pagar o saldo residual equivalente a 50% do valor das parcelas ainda vincendas. Caso a iniciativa seja estabelecida por parte da Companhia, a mesma deverá realizar o pagamento ao arrendador de 100% do valor das parcelas ainda vincendas, calculado sobre o valor mensal da locação vigente à data da contratação.

O ganho obtido na operação de alienação dos ativos adquiridos pelo arrendador via contrato de arrendamento mercantil financeiro com característica de “leaseback” no valor de R\$ 513 foi diferido e está sendo reconhecido mensalmente conforme o prazo de vigência do contrato, conforme requerido pelo CPC 06, e foi apurado conforme segue:

	Valor de alienação	Saldo líquido contábil dos bens alienados	Ganho
Ganho na alienação dos ativos adquiridos (<i>leaseback</i>)	1.000	(487)	513

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ganho diferido remonta em R\$ 128 (R\$ 299 em 2012), líquido do reconhecimento de 27 parcelas incorridos entre outubro de 2011 e dezembro de 2013 e está reconhecido dentro do grupo de outras contas a pagar, no passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil líquido dos equipamentos de informática adquiridos pelos contratos acima referidos e que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Companhia corresponde a R\$ 849, composto conforme segue:

	2013		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato DMS-3.2215/10-00	2.514	(1.667)	847
Equipamentos usados (<i>leaseback</i>) - contrato DMS-3.2208/10-00	33	(31)	2
Valor líquido dos equipamentos adquiridos (Nota 17)	2.547	(1.698)	849

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2013			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	740	153	893
Juros	(22)	(3)	(25)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>718</u>	<u>150</u>	<u>868</u>
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2012			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	930	862	1.792
Juros	(68)	(22)	(90)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>862</u>	<u>840</u>	<u>1.702</u>

11 Estoques

	2013	2012
Materiais para revenda:		
Nacionais	17.660	20.912
Importados	53.360	39.766
Adiantamento a fornecedores:		
Nacional	676	926
Importados	2.642	776
Partes relacionadas (Nota 15)	156	-
Provisão para ajuste ao valor de realização	(24.074)	(24.243)
Importações em andamento	<u>7.382</u>	<u>7.255</u>
	<u>57.802</u>	<u>45.392</u>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: provisão de 30% do valor contábil.
- Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: provisão de 50% do valor contábil.
- Itens sem movimentação há mais de 12 meses: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens danificados: provisão de 100% do valor contábil.

- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

12 Impostos e contribuições (ativo e passivo)

a. Impostos e contribuições a recuperar

		2013	2012
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	(i)	4.590	5.395
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	(ii)	3.554	-
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”)	(iii)	2.827	565
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	(iv)	1.808	989
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(v)	940	1.257
Programa Integração Social (“PIS”)	(ii)	780	-
		14.499	8.206

- (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social - IRPJ/CSLL
O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.
- (ii) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -COFINS
O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.
- (iii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (v) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

b. Impostos e contribuições a recolher

		2013	2012
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(i)	15.022	13.923
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 14)	(i)	(14.523)	(13.453)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		7.425	3.821
PIS e COFINS sobre faturamento		3.507	1.623
ISSQN sobre faturamento		3.165	2.968
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) sobre faturamento		988	653
Retenção ISSQN Lc 116/03 – serviços de terceiros		673	1.063
Outros		1.036	1.110
		17.293	11.708
Total circulante		17.293	11.708
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		319	-
Total não circulante		319	-

- (i) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09
 Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 “REFIS IV”.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total dos depósitos judiciais realizados corresponde a R\$ 47.377 (R\$ 45.672 em 2012). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 15.022 (R\$ 13.923 em 2012), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 32.854 (R\$ 32.219 em 2012), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 14.

Movimentação dos saldos

Processo	Imposto	2012	2013	
		Saldo inicial	Adições	
			Correção monetária (*)	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.984	185	3.169
2002.61.19.003660-4	INSS	397	25	422
MS 2004.61.00.020031-7 / AC 2004.61.00.026108-2	INSS	1.122	306	1.428
2000.61.00.001064-0	INSS	3.191	199	3.390
2002.61.19.003659-8	INSS	332	20	352
2001.61.19.003653-3	INSS	105	6	111
2001.61.19.003654-5	INSS	364	22	386
MS 89.0031441-6 / 96.0032851-0	IOF	674	42	716
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	2.494	155	2.649
MS 88.0026225-2 / AO 2004.61.00.020665-4 / MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	2.260	139	2.399
		13.923	1.099	15.022

- (*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 7,68% a.a. em 2013 (8,53% em 2012) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2013	2012
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.008)	13.550
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	19.043	(4.607)
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	(785)	(3.865)
Outros itens: Ativos fiscais não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias	2.942	18.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(21.200)	(10.216)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

13 Depósitos judiciais

	2013	2012
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	11.736	11.141
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	47.377	45.672
Processos previdenciários (i)	587	560
Processos trabalhistas (i)	3.407	3.881
	<hr/>	<hr/>
Total de depósitos judiciais	63.107	61.254
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>		
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(10.574)	(9.889)
Processos previdenciários	(587)	(560)
Processos trabalhistas	(1.943)	(3.224)
	<hr/>	<hr/>
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 21a) (i)	(13.104)	(13.673)
Depósitos Anistia - REFIS	(14.523)	(13.453)
	<hr/>	<hr/>
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 13b) (ii)	(14.523)	(13.453)
	<hr/>	<hr/>
Valores apresentados no ativo não circulante	35.480	34.128

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, o valor de depósitos judiciais relacionados a processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis totalizava R\$ 15.730 (R\$ 15.582 em 2012). Deste montante, R\$ 13.104 (R\$ 13.673 em 2012) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 2.626 (R\$ 1.909 em 2012) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$ 47.377 (R\$ 45.672 em 2012) de depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se superior ao montante da dívida à qual está atrelado por conter os montantes de multa e juros originais os quais foram anistiados pela referida Lei. Em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser superior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 14.523 (R\$ 13.453 em 2012). O saldo remanescente, de R\$ 33.854 (R\$ 32.219 em 2012), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	2012	2013				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	11.141	595	-	-	-	11.736
Processos tributários (Anistia - REFIS)	45.672	1.705	-	-	-	47.377
Processos previdenciários	560	27	-	-	-	587
Processos trabalhistas	3.881	1.434	(1.684)	(187)	(37)	3.407
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total de depósitos judiciais	61.254	3.761	(1.684)	(187)	(37)	63.107

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	2013	2012
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 10)	250	116
Estoques (Nota 12)	156	-
Outros créditos	2.915	2.521
	<u>3.321</u>	<u>2.637</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 20)	24.506	9.656
Outras contas a pagar	1.602	1.453
	<u>26.108</u>	<u>11.109</u>
Passivo não circulante		
Fornecedores (Nota 20)	4.189	-
	<u>4.189</u>	<u>-</u>
Resultado		
Receita operacional	287	1.021
Compras	53.534	60.535

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados abaixo:

	2013								2012					
	Resultado		Ativo circulante			Passivo circulante		Passivo não circulante	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante	
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Estoques	Outros créditos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Fornecedores	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Outras contas a pagar
Controladora														
NEC Corporation (Japão)	66	30.903	-	139	224	18.847	1.602	-	1.021	51.967	116	464	7.540	1.223
Outras partes relacionadas														
NEC America, Inc. (EUA)	-	8.233	-	-	-	317	-	-	-	4.085	-	-	291	-
NEC Argentina S.A.	219	6.669	248	17	194	3.064	-	4.087	-	623	-	200	1.405	-
NESIC Brasil S.A.	-	3.237	-	-	-	372	-	-	-	3.471	-	-	386	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	3.338	-	-	-	1.701	-	102	-	6	-	-	10	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	-	-	-	729	-	-	-	-	104	-	1.070	-	69
NEC Italia S.R.I.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-	-	-
NEC Iberica S.L.	-	907	-	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	128	-	-	-	135	-	-	-	66	-	-	-	-
NEC Chile	-	60	-	-	402	70	-	-	-	-	-	150	-	-
NEC Colombia	-	-	-	-	1.157	-	-	-	-	5	-	505	24	161
NEC Learning Ltd.	-	6	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
NEC Professional Support Ltd.	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Portugal - Telecomunicações e Sistemas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-
Global View S.A.	-	-	-	-	209	-	-	-	-	-	-	132	-	-
NEC Corporation (Thailand) Ltd.	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Networks & System Integration Corp.	2	-	2	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
	287	53.534	250	156	2.915	24.506	1.602	4.189	1.021	60.535	116	2.521	9.656	1.453

Honorários da Administração

Os honorários da Administração, conforme destacado em linha específica na demonstração de resultados no montante total de R\$ 1.630 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.587 em 2012) incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

15 Investimentos

	2013	2012
<i>Investimentos em controlada:</i>		
DATAVIA Serviços de Telecomunicações Ltda.	94	94
Provisão para perda no valor recuperável: DATAVIA Serv .de Telecom.Ltda.	(94)	(94)
<i>Outros investimentos:</i>		
NEC Argentina S.A.	327	327
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769
Provisão para perda no valor recuperável: Nesic Brasil S.A.	(1.667)	(1.667)
Boviel - Kyowa S.A.	963	963
Provisão para perda no valor recuperável: Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	98	96
Total investimentos	1.527	1.525

Movimentação dos saldos

			2012	2013	
	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Investimentos em controlada					
DATAVIA Serviços de Telecomunicações Ltda. (i)	99.998	99,98%	94	-	94
Provisão perda valor recuperar do investimento					
DATAVIA Serv. de Telecom. Ltda.	n/a	n/a	(94)	-	(94)
Outros investimentos					
Nec Argentina S.A.	197.963	2%	327	-	327
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	2.769
Provisão do investimento Nesic Brasil S.A.	n/a	n/a	(1.667)	-	(1.667)
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	96	2	98
Total investimentos			1.525	2	1.527

- (i) Em virtude da controlada Datavia estar inoperante há vários anos e possuir valores imateriais de ativos e passivos, essa controlada não está sendo consolidada.

16 Imobilizado

	2013			2012	
	Custo	Depreciação	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Líquido	Líquido
Instalações	2.703	(1.627)	-	1.076	1.123
Benfeitorias bens de terceiros	3.750	(2.962)	-	788	661
Máquinas e equipamentos	64.997	(46.544)	(623)	17.830	20.181
Ferramentas e instrumentos	2.286	(1.987)	-	299	378
Móveis e utensílios	4.757	(3.166)	-	1.591	1.398
Veículos	935	(678)	-	257	421
Equipamentos de informática	11.435	(9.733)	-	1.702	1.419
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 11b)	2.547	(1.698)	-	849	1.708
Imobilização em andamento	1.166	-	-	1.166	-
	94.576	(68.395)	(623)	25.558	27.289

- (i) O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 inclui provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 623, contabilizado no exercício de 2010, relativos aos projetos NGN e SOC-MSS. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia realizou avaliação para verificação da necessidade de aumento ou redução no valor de provisão para valor recuperável e não se identificou tal necessidade.

Movimentação do custo

	2012					
	Saldo em 1º de janeiro de 2012	Adições	Baixas	Transferências	Provisão Redução ao valor recuperável	Saldo final
Instalações	2.500	-	(58)	48	-	2.490
Benfeitorias bens de terceiros	3.619	-	(742)	672	-	3.549
Máquinas e equipamentos	60.000	-	(8.394)	9.270	-	60.876
Ferramentas e instrumentos	1.899	-	(3)	390	-	2.286
Móveis e utensílios	3.823	-	(44)	587	-	4.366
Veículos	827	-	(120)	289	-	996
Equipamentos de informática	10.977	-	(1.288)	1.254	-	10.943
Arrendamento mercantil equipamentos informática	1.914	-	-	649	-	2.563
Imobilização em andamento	945	11.802	-	(12.747)	-	-
	86.504	11.802	(10.649)	412	-	88.069

	2012		2013			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Provisão redução ao valor recuperável	
Instalações	2.490	-	-	213	-	2.703
Benfeitorias bens de terceiros	3.549	-	-	201	-	3.750
Máquinas e equipamentos	60.876	460	(1.295)	4.956	-	64.997
Ferramentas e instrumentos	2.286	-	-	-	-	2.286
Móveis e utensílios	4.366	384	(245)	252	-	4.757
Veículos	996	-	(61)	-	-	935
Equipamentos de informática	10.943	576	(274)	190	-	11.435
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 11b)	2.563	-	(16)	-	-	2.547
Imobilização em andamento	-	6.978	-	(5.812)	-	1.166
	<u>88.069</u>	<u>8.398</u>	<u>(1.891)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94.576</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa de depreciação % a.a	Saldo em 1º de janeiro de 2012	2012			Provisão redução ao valor recuperável	Saldo final
			Adições	Baixas	Transferências		
Instalações	10	(1.153)	(250)	36	-	-	(1.367)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(3.618)	(11)	743	(2)	-	(2.888)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(41.988)	(6.395)	8.189	122	-	(40.072)
Ferramentas e instrumentos	20	(1.896)	(11)	4	(5)	-	(1.908)
Móveis e utensílios	10	(2.563)	(308)	46	(143)	-	(2.968)
Veículos	20	(517)	(139)	81	-	-	(575)
Equipamentos de informática	20	(9.852)	(593)	1.287	(366)	-	(9.524)
Arrendamento mercantil equipamentos informática	33	(130)	(725)	-	-	-	(855)
		<u>(61.717)</u>	<u>(8.432)</u>	<u>10.386</u>	<u>(394)</u>	<u>-</u>	<u>(60.157)</u>

	Taxa de depreciação % a.a	Saldo inicial	2013			Provisão redução ao valor Recuperável	Saldo final
			Adições	Baixas	Transferências		
Instalações	10	(1.367)	(260)	-	-	-	(1.627)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(2.888)	(74)	-	-	-	(2.962)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(40.072)	(6.521)	49	-	-	(46.544)
Ferramentas e instrumentos	20	(1.908)	(79)	-	-	-	(1.987)
Móveis e utensílios	10	(2.968)	(392)	194	-	-	(3.166)
Veículos	20	(575)	(110)	7	-	-	(678)
Equipamentos de informática	20	(9.524)	(480)	271	-	-	(9.733)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 11b)	33	(855)	(852)	9	-	-	(1.698)
		<u>(60.157)</u>	<u>(8.768)</u>	<u>530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(68.395)</u>

- (i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

17 Intangível

	2013			2012	
	Custo	Amortização acumulada	Provisão redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	(7.912)	(23.512)	-	-
Gastos com softwares (b)	21.738	(16.610)	(1.363)	3.765	2.619
Imobilização em Andamento (Softwares)	150	-	-	150	-
	<u>53.312</u>	<u>(24.522)</u>	<u>(24.875)</u>	<u>3.915</u>	<u>2.619</u>

Movimentação do custo

	2012					
	Saldo em 1º de janeiro de 2012	Adições	Baixas	Transferências	Provisão redução ao valor recuperável	Saldo final
Vida útil definida						
Gastos com desenvolvimento – Projetos (a)	31.424	-	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	17.417	-	-	2.059	-	19.476
Imobilização em Andamento (Softwares)	355	2.116	-	(2.471)	-	-
	<u>49.196</u>	<u>2.116</u>	<u>-</u>	<u>(412)</u>	<u>-</u>	<u>50.900</u>
	<u>2012</u>	<u>2013</u>				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Provisão redução ao valor recuperável	Saldo final
Vida útil definida						
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	19.476	72	(37)	2.227	-	21.738
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	2.377	-	(2.227)	-	150
	<u>50.900</u>	<u>2.449</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53.312</u>

Movimentação da amortização

		2012					
	Prazos de vida útil	Saldo em 1º de janeiro de 2012	Adições	Baixas	Transferências	Provisão redução ao valor recuperável	Saldo final
Vida útil definida							
Gastos com desenvolvimento -							
	5anos	(7.912)	-	-	-	-	(7.912)
	3~5anos	(15.424)	(464)	-	394	-	(15.494)
		<u>(23.336)</u>	<u>(464)</u>	<u>-</u>	<u>394</u>	<u>-</u>	<u>(23.406)</u>
		2012	2013				
	Prazos de vida útil	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Provisão redução ao valor recuperável	Saldo final
Vida útil definida							
Gastos com desenvolvimento -							
	5anos	(7.912)	-	-	-	-	(7.912)
	3~5anos	(15.494)	(1.117)	1	-	-	(16.610)
		<u>(23.406)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24.522)</u>

(a) Referem-se aos gastos com desenvolvimento relativos aos projetos NGN e SOC-MSS:

- o projeto NGN refere-se ao desenvolvimento e “tropicalização” das soluções de dois fornecedores principais para as chamadas redes de nova geração (NGN) baseadas no protocolo IP para substituição das redes tradicionais TDM de voz que começam a entrar em “*phasing out*”.
- o projeto MSS refere-se ao desenvolvimento dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS) e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC) para habilitação da Companhia a ofertar para o mercado local serviços de segurança para gerenciar e/ou monitorar redes de dados e infra-estruturas de segurança. Serviços a serem ofertados incluem: Firewalls gerenciados, serviços de VPN, serviços gerenciados de detecção de invasões, prevenção gerenciada de invasões, entre outros.

(b) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2013 e 2012, razão pela qual a provisão foi mantida.

18 Empréstimos

	2013	2012
Empréstimos bancários (conta garantida)	16.411	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	35.876	-
Total circulante	52.287	-

Durante o exercício de 2013 a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras com o objetivo de utilização para capital de giro. Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2013, R\$ 16.411 referem-se a empréstimos na modalidade de conta garantida junto a instituições financeiras no país, e R\$ 35.876 referem-se a empréstimos em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior, na modalidade Lei 4131.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

	Moeda	Taxa de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	2013	2012
Empréstimos bancários (conta garantida)	R\$	118%	CDI	2014	16.411	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	USD	1,73% a 2,53%	Libor + IR + Spread	2014	35.876	-
					52.287	-

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

	2012	2013						Saldo final
		Adições			Baixas			
	Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização variação cambial	Amortização juros	
Empréstimos bancários (conta garantida)	-	61.010	-	1.384	(44.600)	-	(1.383)	16.411
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	-	34.563	1.149	164	-	-	-	35.876
	-	95.573	1.149	1.548	(44.600)	-	(1.383)	52.287

19 Fornecedores

	2013	2012
No País	47.592	31.382
No exterior	27.609	53.811
Partes relacionadas (Nota 15)	24.506	9.656
Provisão de custos	32.987	23.925
	<hr/>	<hr/>
Total circulante	132.694	118.774
	<hr/>	<hr/>
No exterior	202	-
Partes relacionadas (Nota 15)	4.189	-
	<hr/>	<hr/>
Total não circulante	4.391	-
	<hr/>	<hr/>

A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal.

O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (*Project Management*) ou PCO (*Project Control Operation*) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis.

20 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias	27.409	(10.574)	16.835	45.406
Previdenciárias	4.780	(587)	4.193	4.158
Trabalhistas	8.790	(1.943)	6.847	5.563
Cíveis	3.234	-	3.234	1.535
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	44.213	(13.104)	31.109	56.662
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Movimentação dos processos no exercício

	2012		2013				
	Saldo inicial	Adições	Baixas				
			Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação(ii)	
Provisão para contingências							
Tributárias	55.295	3.583	(1.478)	-	(29.991)	-	27.409
Previdenciários	4.718	62	-	-	-	-	4.780
Trabalhistas	8.787	9.016	(4.681)	-	(4.332)	-	8.790
Cíveis	1.535	2.034	(3)	-	(332)	-	3.234
	<u>70.335</u>	<u>14.695</u>	<u>(6.162)</u>	<u>-</u>	<u>(34.655)</u>	<u>-</u>	<u>44.213</u>
Depósitos judiciais (Nota 14)							
Tributárias	(9.889)	(542)	-	-	-	(143)	(10.574)
Previdenciários	(560)	(27)	-	-	-	-	(587)
Trabalhistas	(3.224)	(1.300)	1.685	145	16	735	(1.943)
	<u>(13.673)</u>	<u>(1.869)</u>	<u>1.685</u>	<u>145</u>	<u>16</u>	<u>592</u>	<u>(13.104)</u>
	<u>56.662</u>	<u>12.826</u>	<u>(4.477)</u>	<u>145</u>	<u>(34.639)</u>	<u>592</u>	<u>31.109</u>

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2013.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável:

- ***Processos tributários***

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

Federal - Processos administrativos, judiciais e outros totalizando R\$ 15.669 (R\$ 31.689 em 2012), sendo o principal relacionado com a finalidade de assegurar o direito de não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Municipal - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 11.740 (R\$ 11.429 em 2012), sendo o principal relativo a demanda que possui como objeto pleitos do Município de Salvador, que exige o recolhimento do ISS sobre serviços de gerenciamento de obras realizadas no referido Município, e gerenciadas pela filial da Companhia situada em Guarulhos-SP.

- ***Processos previdenciários***

Relacionam-se em sua maioria a ações para discutir a incidência das contribuições previdenciárias (INSS) sobre mão de obra terceirizada, totalizando R\$ 4.780 (R\$ 4.718 em 2012).

Em relação aos processos, para os quais a Companhia aderiu à anistia regulada pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, que discutiam a incidência da cobrança das contribuições previdenciárias sobre depósitos à previdência privada em favor de administradores e empregados, “pró-labore” de diretores, ajuda de custos de viagens ao exterior e alteração do local de trabalho e, um processo sobre o enquadramento da atividade econômica preponderante da sociedade, para fixação da alíquota do seguro de acidente de trabalho (SAT)

(Decreto nº 612/92, art.26, 1º e 6º), foram mantidos em provisão somente valores referentes a honorários e sucumbência.

- *Processos trabalhistas*

A Companhia se defende em 97 processos trabalhistas com risco de perda provável (95 em 2012), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 8.790 (R\$ 8.787 em 2012). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.

- *Processos cíveis*

A Companhia figura no pólo passivo de processos cíveis, de valores individualmente não significativos, propostos por fornecedores e clientes para discussão de valores devidos por serviços prestados e/ou fornecimento de bens. Para esses processos a Companhia registrou provisão de R\$ 3.234 (R\$ 1.535 em 2012), com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos com risco de perda possível e remoto:

Há outros processos, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no total de R\$ 469.652 (R\$ 449.842 em 2012) ou remoto, no total R\$ 562.065 (R\$ 551.119 em 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

- *Processos com risco de perda possível:*

Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:

- (i) Processo decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, ocorridos, em sua maioria, há mais de dez anos. A Companhia defende-se na esfera administrativa, já tendo obtido resultado parcialmente favorável na impugnação, com redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões (valor original) para R\$ 273 milhões, valor este atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 264 milhões em 2012).
- (ii) Processo administrativo no valor de R\$ 137.369 (R\$ 135.129 em 2012), que tem como objeto a cobrança pelo município de Itaquaquecetuba, de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão.

- *Processos com risco de perda remoto:*

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

- (i) Processo decorrente de auto de infração emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 2011, cujo valor atualizado em dezembro de 2013 remonta em R\$ 328.666 (R\$ 321.173 em 2012), relativo a operações de importação por conta e ordem de terceiros, nas quais a empresa comercial importadora estabelecida no Espírito Santo realizou o desembaraço aduaneiro e promoveu a entrada física das mercadorias em território capixaba, Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Administração entende que os créditos tributários de ICMS que embasaram a autuação fiscal estão extintos ou suspensos, conforme disposto no Decreto nº 56.045 de 26 de julho de 2010.
- (ii) Auto de Infração 19515.722359/2011-21 emitido em dezembro de 2011, cujo valor atualizado até dezembro de 2013 de R\$ 153.102 (R\$149.060 em 2012), objetivando o recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, ocorridos, em sua grande maioria, anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera administrativa. Defesa protocolada em 27 de janeiro de 2012 e julgada procedente em 2012. A Receita Federal apelou da decisão. A Administração está convicta de que a decisão que lhe foi favorável será mantida, sendo o risco de perda remoto.

b. Garantias e cartas fiança

A Companhia contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Tipo de garantia	2013			2012		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	74.818	14.764	89.582	53.691	25.739	79.430
Cheque caução	-	112	112	-	135	135
Seguro garantia	1.116	144	1.260	1.116	-	1.116
<i>Standby letter of credit</i>	-	18.741	18.741	-	10.218	10.218
Total	<u>75.934</u>	<u>33.761</u>	<u>109.695</u>	<u>54.807</u>	<u>36.092</u>	<u>90.899</u>

Os valores referentes a “*Stand by letter of credit*” tem o valor de USD 5 milhões e foram apresentados pelos respectivos valores em reais nos referidos exercícios.

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 possui um ativo imobilizado dado em garantia a processo trabalhista cujo saldo residual nesta data corresponde a R\$ 167.

c. Outras provisões

	2013	2012
Provisão para reestruturação (i)	6.688	-
Provisão sobre royalties	1.839	2.030
Provisão gastos com garantias (ii)	98	441
Provisão contrato oneroso (iii)	155	381
Outros	177	251
Total circulante	8.957	3.103
Provisões - honorários (iv)	5.661	2.760
Provisão gastos com garantias (ii)	458	316
Total não circulante	6.119	3.076

- (i) **Provisão para reestruturação**
Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia se comprometeu a um plano de reestruturação para adequação de sua estrutura organizacional diante da nova realidade de mercado em que a Companhia se encontra. Seguindo o anúncio do plano, a Companhia reconheceu uma provisão para custos esperados de reestruturação compostos basicamente por custos de rescisão de contrato e benefícios de rescisão de funcionários, cujo saldo tem provisão de ser consumido até o final do 1º semestre de 2014.
- (ii) **Provisão para garantias**
A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.
- Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos.
- A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2013, durante os anos de 2014 e 2015.
- (iii) **Provisão para contrato oneroso**
Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens que constituíam risco de gastos e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.
- (iv) **Provisões - honorários**
Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício:

	2012	2013			Saldo final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
			Utilização	Reversões	
Provisão para reestruturação	-	10.190	(3.502)	-	6.688
Provisão sobre royalties	2.030	666	(156)	(701)	1.839
Provisão gastos com garantias	441	640	(159)	(824)	98
Provisão para contrato oneroso	381	-		(226)	155
Outros	251	-	(74)	-	177
	<u>3.103</u>	<u>11.496</u>	<u>(3.891)</u>	<u>(1.751)</u>	<u>8.957</u>
Circulante					
Provisões - honorários	2.760	6.050	(1.332)	(1.817)	5.661
Provisão gastos com garantias	316	706	(132)	(432)	458
	<u>3.076</u>	<u>6.756</u>	<u>(1.464)</u>	<u>(2.249)</u>	<u>6.119</u>
Não circulante					

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 375.903 (375.903 em 2012) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2012) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 89 em ajustes de avaliação patrimonial relativos aos efeitos das diferenças cambiais de conversão de operação de sua filial sediada no exterior (Miami – EUA).

22 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	2013	2012
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	227.961	229.522
Serviços prestados	291.809	273.511
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(83.644)	(100.492)
Devoluções e abatimentos	(25.709)	(12.983)
Receita operacional	<u>410.417</u>	<u>389.558</u>

23 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2013	2012
Custo da mercadoria vendida	126.774	119.936
Custos com pessoal (Nota 26)	48.524	71.031
Depreciação e amortização	6.346	6.347
Serviços de terceiros e outros	152.299	106.039
	<u>333.943</u>	<u>303.353</u>

24 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	2013	2012 (Reclassificado)
Reversão provisão para contingências	18.621	15.066
Reversão provisão de perda investimentos	3	1.102
Outros	252	3.249
	<u>18.876</u>	<u>19.417</u>

b. Outras despesas

	2013	2012 (Reclassificado)
Despesas com reestruturação (<i>lay-off</i>)	(14.601)	(630)
Despesa provisão para contingências	(14.196)	(2.439)
Outros	(1.445)	(272)
	<u>(30.242)</u>	<u>(3.341)</u>

25 Despesas com pessoal

	2013	2012
Ordenados e salários	60.194	57.052
Contribuições compulsórias para previdência social	15.131	16.363
Provisões 13º salário e férias	10.223	9.488
Encargos assistenciais	10.247	10.485
Despesas encargos sociais (FGTS)	5.774	5.609
Honorários da administração (Nota 15 e Nota 30)	1.630	1.587
Contribuições para plano de contribuição definida	646	405
Outros proventos	5.834	6.365
	<u>109.679</u>	<u>107.354</u>

Do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 48.524 (R\$ 71.031 em 2012) foi incluído no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, R\$ 1.795 (R\$ 2.045 em 2012) nas despesas de vendas e R\$ 59.360 (R\$ 34.278 em 2012) nas despesas administrativas e gerais.

26 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	6.989	20.004
Variações monetárias ativas	4.361	18.303
Juros sobre aplicações financeiras	748	4.712
Outros	1.241	1.223
	13.339	44.242
Despesas financeiras		
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(6.104)	(19.418)
Variações cambiais passivas	(6.797)	(2.515)
Juros	(1.229)	(204)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(1.098)	(1.171)
Comissão decorrente de operação de cessão de crédito sem direito de regresso (Nota 10)	(286)	(447)
Variações monetárias passivas	-	(227)
Outros	(2.021)	(1.501)
	(17.535)	(25.483)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	(4.196)	18.759

- (i) Os valores de 2013 e 2012 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;

- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e bancos	9	1.716	3.647
Aplicações financeiras	9	3.006	38.389
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	10	196.885	166.694
Arrendamento mercantil a receber	11a	3.500	7.334
Outros créditos		6.515	5.375
		211.622	221.439

O vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	2013		2012	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	34.987	-	109.634	-
Vencidos até 30 dias	42.665	(6)	16.840	(7)
Vencidos entre 31-90 dias	43.305	(31)	25.414	(31)
Vencidos entre 91-180 dias	35.156	(178)	6.224	(143)
Vencidos entre 181 - 365 dias	30.319	(820)	12.586	(434)
Vencidos há mais de um ano	29.245	(7.742)	14.061	(4.741)
Total	215.677	(8.777)	184.759	(5.356)

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar referem-se às contas a receber de clientes em atraso constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	5.356	12.611
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(1.395)	(7.466)
Provisão para redução ao valor recuperável	4.816	211
Saldo em 31 de dezembro	8.777	5.356

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

2013							
		Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	137.085	(137.085)	(82.231)	(50.463)	(1.878)	(2.513)
Empréstimos	19	52.287	(52.287)	(16.411)	(35.876)	-	-
Adiantamentos e créditos de clientes		2.402	(2.402)	(2.402)	-	-	-
Outras contas a pagar (*)		4.769	(4.769)	(4.726)	(43)	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	11b	868	(868)	(454)	(264)	(121)	(29)
		197.411	(197.411)	(106.224)	(86.646)	(1.999)	(2.542)

(*) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de outras contas a pagar apresentado no passivo circulante no montante de R\$ 4.834 é composto por R\$ 4.769 relacionados a passivos financeiros não derivativos e R\$ 65 relacionados a passivos financeiros derivativos:

2013							
		Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Swap (Hedge) a pagar (Op c/NDF e Swap s/empréstimos)		65	(65)	(40)	(25)	-	-
		65	(65)	(40)	(25)	-	-

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	2013	2012
	USD (000)	USD (000)
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	220	13
Contas a receber (partes relacionadas)	107	57
Estoques - importação em trânsito	3.151	2.095
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	1.128	-
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	67	-
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(15.370)	-
Fornecedores com exposição em dólar (nacional)	(206)	(37)
Fornecedores (exterior)	(11.835)	(26.332)
Fornecedores (partes relacionadas)	(12.090)	(4.536)
Impostos e contribuições a recolher - impostos de importação	<u>(3.101)</u>	<u>(1.870)</u>
Exposição líquida	<u>(37.929)</u>	<u>(30.610)</u>

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, o vencimento desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 2,3426, idêntica a taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 5% e 10% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 2,4597 e R\$ 2,5769 respectivamente.

Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Provável	A Possível 5%	B Remoto 10%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	37.369	Aumento da cotação do USD	-	4.443	8.885
Contratos de dólar futuro	USD	24.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(2.811)	(5.622)
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	15.370	Efeito da proteção dos swaps	-	(1.800)	(3.601)
Efeito total no resultado				-	(168)	(338)

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Valor de referência (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	2013	2012	2013	2012
Contratos futuros				
Compromissos de compra de moeda estrangeira na BMF	-	USD 5.750	-	R\$ 11.808
Compromissos de compra de moeda estrangeira com instituições financeiras vencimento 01/02/2013	-	USD 5.000	-	R\$ 10.268
Compromissos de compra de moeda estrangeira com instituições financeiras vencimento 02/01/2013	-	USD 10.000	-	R\$ 20.435
NDFs vencimento 02/01/2014	USD 20.000	-	R\$ 46.852	-
NDFs vencimento 03/02/2014	USD 4.000	-	R\$ 9.370	-
Swap s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 08/09/2014	USD 4.300	-	R\$ 10.152	-
Swap s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 23/09/2014	USD 5.000	-	R\$ 11.332	-
Swap s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 06/11/2014	USD 3.000	-	R\$ 6.824	-
Swap s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 08/12/2014	USD 3.000	-	R\$ 7.002	-

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia auferiu ganho de R\$ 885 (ganhos líquidos de R\$ 586 em 2012) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 27).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	3.006	3.006
Outros investimentos	9	9
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	1.716	1.716
Contas a receber de clientes	196.885	196.885
Arrendamento mercantil a receber	3.500	3.500
Outros créditos	6.515	6.515
	211.631	211.631
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	52.287	52.287
Fornecedores	137.085	137.085
Adiantamentos e crédito de clientes	2.402	2.402
Outras contas a pagar	4.834	4.834
Arrendamento mercantil a pagar	868	868
	197.476	197.476

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

	2013		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	-	3.006	-
Outros investimentos	-	9	-
	-	3.015	-
Subtotal			
Passivos financeiros derivativos:			
<i>Swap</i> (Hedge) a pagar (<i>NDF</i> e <i>Swap</i> s/ empréstimos em moeda estrangeira)	-	65	-
	-	65	-
Total			

28 Despesas de vendas

	2013	2012
Fretes	7.905	9.242
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3.525	(904)
Royalties	2.309	2.480
Despesas com pessoal (Nota 26)	1.795	2.045
Comissões sobre vendas	407	367
Perdas (ganhos) com encerramento de contratos	187	(374)
	16.128	12.856
Total	16.128	12.856

29 Despesas administrativas e gerais

	2013	2012
Despesas com pessoal (Nota 26)	59.360	34.278
Serviços de terceiros	18.040	45.684
Serviços softwares	-	293
Gastos gerais:		
Ocupação - imóveis	5.267	(324)
Viagens	4.238	3.435
Processamento de dados	3.129	2.612
Comunicações	2.025	752
Impostos, taxas e contribuições	488	1.041
Veículos	329	418
Água, luz e gás	325	(258)
Depreciação/Amortização	3.089	2.957
Outros	4.502	3.746
	100.792	94.634
Despesas administrativas e gerais	99.162	93.047
Honorários da administração (Nota 26)	1.630	1.587

30 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

a.	Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2013	1.449.530
b.	Base negativa de contribuição social	1.466.806

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.110.579 (R\$ 1.110.579 em 2012) e R\$ 1.127.855 (R\$ 1.127.855 em 2012) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31 Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1397 (alterada pela Instrução Normativa 1422)

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

32 Eventos subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2014 a Companhia realizou a captação de R\$ 41.822 de empréstimos com instituições bancárias, sendo R\$ 25.190 em moeda nacional na modalidade de conta garantida e R\$ 16.632 em moeda estrangeira na modalidade Lei 4131 para financiamento de seu capital de giro.

Empréstimos bancários (conta garantida)

Do total de empréstimos captados nesta modalidade no primeiro trimestre de 2014, R\$ 20.600 foram liquidados pela Companhia neste mesmo período. Esses empréstimos são atualizados a taxas que variam entre 100% e 118% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem vencimento no 2014.

Empréstimos bancários (Lei 4131)

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira na modalidade Lei 4131 captados no primeiro trimestre de 2014 no montante de R\$ 16.632 permanecem em aberto, e referem-se a empréstimos em dólar (USD), com taxas de juros que variam entre 2,19% a 2,45% a.a. e indexados a Libor + IR + Spread.

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

* * *

Conselho de Administração

Takayuki Morita
Presidente do Conselho de Administração

Atsushi Kuroda
Substituto do Presidente do Conselho de
Administração

Hajime Matsukura
Conselheiro

Hiroyuki Sekizawa
Conselheiro

Nobuyuki Yanaginuma
Conselheiro

Takemi Hosaka
Conselheiro

Yasushi Abe
Conselheiro

Kunio Kondo
Conselheiro

Diretoria

Atsushi Kuroda
Presidente

Yutaka Ashida
Vice Presidente Econômico
Financeiro

Herberto Macoto Yamamuro
Diretor Geral das Operações Brasil

Yasuhiro Koyama
Diretor Geral Adjunto das Operações Brasil

Hiromi Furumoto
Diretor de Controle e Finanças

Controladoria

Flávio Hirata
Controller

Elaine Menotti de Andrade
Contadora - CRC 1SP 199.234/0-0